



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO

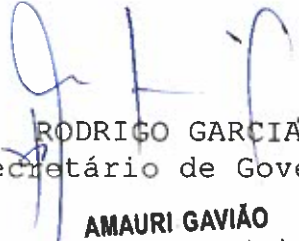
São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

ATG/Ofício nº 100/22-SG
Correio Eletrônico de 18/2/22

Senhor Presidente

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.688, de 19 de maio de 2004, que instituiu o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, a essa A. Assembleia Legislativa o Relatório Conjunto de Atividades relativo ao ano de 2021, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, na 29ª Reunião Conjunta Ordinária do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) e do Conselho Gestor Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), realizada em 31 de janeiro de 2022.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.


RODRIGO GARCIA
Secretário de Governo

AMAURI GAVIÃO
Chefe de Gabinete respondendo como
Secretário Executivo da Secretaria de Governo

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual CARLÃO PIGNATARI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
SÃO PAULO - SP

ATG/FIA/joi/rn
(100-OF) 2022



**PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO – PED
PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - PPP**

**Relatório Conjunto de Atividades
CDPED e CGPPP**

Ano 2021



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Integraram como membros do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) e do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), ao longo de 2021:

Rodrigo Garcia
Secretário de Governo
Presidente do CGPPP

Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Presidente do CDPED e Vice-Presidente do CGPPP

Nelson Luiz Baeta Neves Filho
Secretário de Orçamento e Gestão
Vice-Presidente do CDPED

Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia
Secretário de Projetos e Ações Estratégicas

Patrícia Ellen da Silva
Secretária de Desenvolvimento Econômico

Maria Lia Pinto Porto Corona
Procuradora Geral do Estado

Marcos Rodrigues Penido
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Membro de livre escolha do Governador (Decreto de 15/02/2019):

Julio Serson
Secretário de Relações Internacionais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Atuação do Conselho Diretor do PED (CDPED) e do Conselho Gestor do PPP (CGPPP).....	5
2. ASSUNTOS EXAMINADOS E DELIBERADOS NAS REUNIÕES CONJUNTAS DO CDPED E DO CGPPP NO ANO DE 2021.	6
2.1. “19ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 255ª Reunião Ordinária do CDPED e à 102ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 29/01/2021”	6
2.2. “20ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 256ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 103ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 23/03/2021”	7
2.3. “21ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 257ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 104ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 30/04/2021”	8
2.4. “22ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 258ª Reunião Ordinária do CDPED, e a 105ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 31/05/2021”	10
2.5. “23ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 259ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 106ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 29/06/2021”	11
2.6. “24ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 260ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 107ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 29/07/2021”	11
2.7. “25ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 261ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 108ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 27/08/2021”	12
2.8. “26ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 262ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 109ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 29/09/2021”	12
2.9. “9ª Reunião Conjunta Extraordinária, concernente à 33ª Reunião Extraordinária do CDPED, e à 23ª Reunião Extraordinária do CGPPP, realizada em 29/09/2021”	14
2.10. “27ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 263ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 110ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 24/11/2021”	14
2.11. “10ª Reunião Conjunta Extraordinária, concernente à 34ª Reunião Extraordinária do CDPED, e à 24ª Reunião Extraordinária do CGPPP, realizada em 13/12/2021”	15
2.12. “28ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 264ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 111ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 20/12/2021”	15
3. CARTEIRA DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO/PED (LEI Nº 9.361/1996)	16
3.1. Projetos Contratados.....	17
3.2. Projetos com Licitação Encerrada (Em Contratação)	23
3.3. Projetos com Modelagem Aprovada – Edital Final Publicado ou Autorizado	23
3.4. Projetos com Modelagem Preliminar Aprovada - Fases de Audiência e Consulta Pública.....	25
3.5. Projetos em Análise no âmbito do Grupo de Trabalho	26
4. CARTEIRA DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS/PPP (LEI Nº 11.688/2004)	29
4.1. Projetos Contratados.....	29
4.2. Projetos com Modelagem Aprovada – Edital Final Publicado ou Autorizado	34
4.3. Projetos com Modelagem Preliminar Aprovada – Fase de Audiência e Consulta Pública.....	34
4.4. Projetos PPP em Análise no âmbito do Grupo de Trabalho.....	35
5. EVOLUÇÃO DO USO DO LIMITE DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COM DESPESAS DE PPP	36
6. COMENTÁRIOS FINAIS	37



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

1. INTRODUÇÃO

Trata-se do Relatório Conjunto de Atividades, relativo ao ano de 2021, do Programa Estadual de Desestatização (PED) e do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP), para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) e à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

O documento foi elaborado em cumprimento ao artigo 5º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 9.361/1996, que criou o Programa Estadual de Desestatização; ao artigo 5º, incisos II e III, do Decreto Estadual nº 41.150/1996; e ao disposto no artigo 5º, incisos XI a XIV, da Instrução TCE nº 01/2020 atualizada pela Resolução nº 11/2021 (TC 4345.989.21-4 Balanço Geral do Exercício 2021); bem como à Lei nº 11.688/2004, artigo 3º, §9º, que instituiu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP) no âmbito do Estado de São Paulo; e à Lei Federal nº 11.079/2004, que disciplinou as normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada na Administração Pública.

O Decreto nº 61.371/2015 estabeleceu o ciclo de maturação dos projetos no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, segregado nas seguintes etapas: (i) Enquadramento Preliminar, correspondente à fase inicial que contempla prévia análise da conveniência e da oportunidade de dar continuidade à proposta de parceria; (ii) Modelagem, que prevê a possibilidade de utilização do instrumento de Chamamento Público para recebimento de estudos dos autorizados da iniciativa privada, e contempla a maturação das avaliações de viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira do projeto; e (iii) Licitação, envolvendo todo o processo licitatório, da realização de Audiência e Consulta Pública, publicação do Edital, até a assinatura do contrato de concessão (Gestão de Contratos).

Tal regramento (Decreto nº 61.371/2015) institucionalizou as formações do Comitê de Análise Preliminar (CAP) e do Grupo de Trabalho (GT), constituídos por representantes da Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas/SPAE, com envolvimento da equipe da Subsecretaria de Parcerias, encarregada de coordenar os trabalhos; da Secretaria da Fazenda e Planejamento/SFP; da Secretaria de Orçamento e Gestão/SOG; da Procuradoria Geral do Estado/PGE; da Secretaria do Desenvolvimento Econômico/SDE; da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/SIMA; do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Setorial diretamente envolvido com o projeto; da Companhia Paulista de Parcerias (CPP); das agências; e de outros órgãos reguladores, integrando o corpo técnico do Estado.

O CAP e GT atuam respectivamente nas fases preliminares e de maturação das modelagens dos projetos de concessão, e são responsáveis pela produção dos documentos técnicos (notas e relatórios) que subsidiam as decisões dos Conselhos de PED e PPP. Isso demonstra o comprometimento na consolidação do empreendimento desde a etapa do enquadramento preliminar da proposta até a finalização do processo de licitação, e de monitoramento da gestão e de operação após a formalização do contrato.

É importante destacar os avanços incorporados à estruturação das modelagens dos projetos e aos arranjos jurídicos das concessões e parcerias público-privadas, principalmente com respeito à (i) oficialização do diálogo entre o poder público e o parceiro privado, por meio da prática de consulta ao mercado (“*market sounding*” e “*Roadshow*”); à (ii) adoção de cláusulas de “*way out*”, de proteção cambial, de acordo tripartite, da metodologia de indenizações para extinções antecipadas de contrato e do protagonismo do financiador na gestão de projetos; à (iii) política pública regulatória, dando maior eficiência ao monitoramento e padronização de editais e contratos; além da (iv) internacionalização do certame, com competição internacional, práticas de regras isonômicas para participação estrangeira e de fundos de investimentos, adoção de melhores práticas socioambientais e de mecanismo de “*Cash Waterfall*”, gerando mais transparência na operação da gestão de contrato, e da (v) contratação de consultorias especializadas, como o IFC -*International Finance Corporation*, Banco Mundial, a FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e a FGV – Fundação Getúlio Vargas, para execução, revisão e certificação da modelagem dos projetos.

Cabe reiterar que, diante da atual conjuntura de austeridade orçamentária e de adoção de medidas para reprimir o avanço da pandemia do coronavírus, com consequente impacto no crescimento econômico, as concessões têm representado uma oportunidade de atrair novos investimentos, de melhorar os serviços e equipamentos à disposição dos usuários/cidadãos e de desonerar o Estado.

1.1. Atuação do Conselho Diretor do PED (CDPED) e do Conselho Gestor do PPP (CGPPP)

Nos termos do artigo 4º da Lei nº 9.361/1996, do artigo 3º da Lei nº 11.688/2004, e das posteriores alterações publicadas, o CDPED e o CGPPP estão diretamente subordinados ao Governador do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Estado, compreendendo instâncias colegiadas deliberativas, consultivas, avaliativas e fiscalizadoras do Programa Estadual de Parcerias (PED e PPP).

De acordo com suas competências e em consonância aos procedimentos amparados pelo Decreto nº 61.371/2015, o CDPED e o CGPPP atuam, monitoram e deliberam em todas as etapas de consolidação dos projetos de parcerias com a iniciativa privada.

Para assessorar os Conselhos foi criada a Secretaria Técnica e Executiva por meio do Decreto nº 41.150/1996, que tem como atribuições principais: a recepção de propostas de novas parcerias, a observância dos procedimentos e dos trâmites de informações entre os agentes da iniciativa privada e do setor públicos envolvidos no desenvolvimento dos projetos, que compõem a pauta de apreciação e deliberação das reuniões conjuntas dos Colegiados, como também em relação à respectiva tramitação dos documentos formais.

2. ASSUNTOS EXAMINADOS E DELIBERADOS NAS REUNIÕES CONJUNTAS DO CDPED E DO CGPPP NO ANO DE 2021.

Os assuntos apreciados pelos Conselheiros no decorrer do ano de 2021 foram resultados do empenho conjunto da equipe técnica do Governo, composta pelos membros dos CAPs e dos GTs, das contribuições recebidas nos eventos de sondagem de mercado, de audiência e de consulta pública, que convergiram na estruturação e no aprofundamento de projetos autossuficientes e inovadores no âmbito operacional e contratual, congruentes com o interesse e as políticas públicas de atuação do Governo do Estado de São Paulo/GESP.

2.1. 19ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 255ª Reunião Ordinária do CDPED e à 102ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 29/01/2021

1º assunto da pauta: Apresentação dos avanços nos estudos preliminares para formatação de novos lotes de rodovias a serem concedidos, compreendendo a **5ª Rodada de Concessões de Rodovias, denominada Bloco Noroeste Paulista**, totalizando aproximadamente 1.705 km de estradas a serem delegadas, segregadas preliminarmente em dois lotes. Os Conselheiros decidiram autorizar o aprofundamento dos estudos no âmbito do Grupo de Trabalho, apoiado por consultoria especializada contratada, recomendando que a modelagem preliminar retornasse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

oportunamente para deliberação do Colegiado acerca dos próximos encaminhamentos para o projeto.

2º assunto da pauta: Apreciar os avanços nas diretrizes da concessão para implantação, operação, manutenção e exploração de nova **infraestrutura logística entre o Planalto Paulista e a Baixada Santista (Linha Verde)**, no âmbito do Comitê de Análise Preliminar/CAP. Os Conselheiros decidiram aprovar o Relatório do CAP como Proposta Preliminar, com inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias, e acolher a proposta do Setorial, autorizando a constituição do Grupo de Trabalho responsável (i) pela elaboração e publicação do Edital de Chamamento Público, com vistas a receber os estudos dos autorizados da iniciativa privada, em conformidade ao Decreto nº 61.371/2015, bem como (ii) pela consolidação da modelagem final e demais atividades correlatas de apoio à concretização da licitação e contratação do projeto.

3º assunto da pauta: Apreciação do aprofundamento da avaliação da proposta de concessão do imóvel denominado **Casa das Retortas**, para instalação, operação e manutenção de museu e outros atrativos, no âmbito do Comitê de Análise Preliminar/CAP. Os Conselheiros aprovaram o Relatório do CAP como Proposta Preliminar e conseqüente inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias, autorizando a constituição do Grupo de Trabalho, responsável (i) pela elaboração e publicação de Edital de Chamamento Público para apresentação de estudos sobre o projeto pelos autorizados da iniciativa privada, nos termos do Decreto nº 61.371/2015, bem como (ii) pela consolidação da modelagem final e demais atividades correlatas do projeto.

4º assunto da pauta: Atualização a respeito dos avanços na formatação da modelagem de concessão para operação, manutenção e administração da **Estrada de Ferro de Campos do Jordão (EFCJ)**, considerando as deliberações da 17ª Reunião Conjunta Ordinária do CDPED e CGPPP, de 29/10/2020, na qual foi aprovado o Relatório do CAP, incluindo o projeto na Carteira do Programa Estadual de Parcerias, e autorizada a constituição de Grupo de Trabalho. Os Conselheiros decidiram acolher a recomendação do Grupo de Trabalho e autorizaram a utilização do procedimento de Chamamento Público, nos termos do Decreto nº 61.371/2015, para receber estudos desenvolvidos pelos autorizados da iniciativa privada, ficando sob a responsabilidade do GT a elaboração e publicação do instrumento, bem como a consolidação da modelagem final do projeto de concessão da EFCJ e demais atividades correlatas do projeto.

2.2. 20ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 256ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 103ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 23/03/2021



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

1º assunto da pauta: Avaliar a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 05/04/2018, para operação dos serviços de transportes de passageiros das **Linhas 5-Lilás e Linha 17-Ouro (Monotrilho) do Metrô**, com vistas a disciplinar a admissão de inclusão de investimentos adicionais necessários à expansão das linhas, e de outros ajustes contratuais. O Colegiado decidiu autorizar a celebração do Termo Aditivo nº 01 ao Contrato de Concessão nº 003/2018 com a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô, considerando a devida concordância entre as partes, e os pareceres do Setorial e da Procuradoria Geral do Estado, que não apresentaram óbices jurídicos à assinatura do instrumento.

2º assunto da pauta: Apreciação da celebração do 4º aditivo ao Contrato de Concessão Patrocinada da **Rodovia dos Tamoios e Contornos**, com vista, principalmente, a atualizar e dar nova redação à Cláusula 28ª relativa aos “Procedimentos para Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro” contratual. Os Conselheiros decidiram autorizar a emissão do 4º Termo Aditivo Modificativo/TAM ao Contrato de Concessão Patrocinada SLT n.º 008/2014 (Rodovia dos Tamoios e Contornos), considerando as análises da Agência Reguladora ARTESP e da Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Estado/PGE, que não apresentaram óbice à celebração do instrumento.

3º assunto da pauta: Apreciar os avanços na consolidação da modelagem do projeto para Concessão das **Travessias Litorâneas do Estado de São Paulo**. Os Conselheiros aprovaram a modelagem preliminar, autorizando os eventos de audiência e de consulta pública, acompanhando o posicionamento do Presidente do CGPPP, ponderando que o projeto estaria alinhado ao interesse público de melhoria dos serviços prestados aos usuários e de desoneração do Estado, e que as premissas do modelo indicariam viabilidade técnica e econômico-financeira para delegação em lote único dos 8 trajetos do modal, priorizando investimentos.

4º assunto da pauta: Apreciação do Relatório Anual Conjunto de Atividades do Programa Estadual de Desestatização/PED e do Programa de Parcerias Público-Privadas/PPP, relativo ao ano de 2020, em conformidade à Lei Estadual nº 9.361/1996 e à Lei Estadual nº 11.688/2004 respectivamente. Os Conselheiros não apresentaram objeção ao documento, autorizando o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/TCE e à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo/ALESP.

2.3. 21ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 257ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 104ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 30/04/2021



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

1º assunto da pauta: Apresentação dos avanços na consolidação da modelagem do projeto para Concessão Conjunta dos **Parques da Cantareira (PEC)** e do **Alberto Løfgren (PEAL)**, depois de realizados os eventos de (i) consulta às minutas dos instrumentos licitatórios, de (ii) audiência pública, de (iii) oitivas junto aos demais órgãos ambientais e deliberativos, e de (iv) nova rodada de sondagem ao mercado. Os Conselheiros aprovaram a modelagem final, autorizando a publicação do Edital e demais anexos, considerando que o projeto estaria alinhado ao interesse público de desoneração do Estado e de melhoria e expansão da oferta de serviços aos usuários/visitantes, além de ratificar o comprometimento das premissas da delegação com a sustentabilidade do empreendimento e a proteção ao meio ambiente.

2º assunto da pauta: Apreciação dos progressos na consolidação da nova modelagem de concessão do **trecho rodoviário Norte do Rodoanel**, compreendendo no objeto da concessão (i) a conclusão das obras remanescentes, e (ii) a operação e manutenção do sistema rodoviário. Os Conselheiros decidiram validar a modelagem preliminar estruturada pelo Grupo de Trabalho, com consequente autorização para realização das etapas de audiência e de consulta pública.

3º assunto da pauta: Deliberar a respeito do arquivamento de propostas submetidas por interessados e de determinados projetos constantes da Plataforma Digital de Parcerias, visando a adequar a condução dos Programas de PED e de PPP às prioridades do Governo do Estado de São Paulo, cujas justificativas técnicas foram tratadas na Nota Técnica da Subsecretaria de Parcerias nº 03/2021. Os Conselheiros decidiram acolher as sugestões de arquivamento das 14 iniciativas em tramitação, que seriam: (i) PPP Habitação – Vida Digna (Palafitas); (ii) PPP Habitação - Campinas, Hortolândia e Sumaré; (iii) PPP Habitação – Parques; (iv) PPP Habitação - Guarulhos-Pimentas; (v) concessão do Píer do Saco da Ribeira e do Parque Estadual da Ilha Anchieta; (vi) Expressos Turísticos na malha da CPTM; (vii) implantação de Teleférico sobre os Rios Tietê e Rio Pinheiros; (viii) PPP Bairro Paraisópolis - destinação de área própria, de 3.625 m²; (ix) Fábrica de Hemoderivados do Estado de São Paulo; (x) EDG – concessão de área para estacionamento; (xi) Sistema Único de Arrecadação Centralizada (SUAC); (xii) PPP Habitação – Nova Cidade Albor (Fazenda Albor); (xiii) PPP Habitação no Centro da Cidade de São Paulo (Lote 2); e (xiv) concessão das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê; autorizando a Subsecretaria Parceria a prosseguir com os trâmites de aviso aos proponentes e de exclusão dos projetos da Carteira do Programa Estadual de Parcerias.

4º assunto da pauta: Dar ciência sobre o acordo para equacionar passivos regulatórios do Programa de Concessões Rodoviárias Paulista, regulado pela ARTESP, relativo ao Contrato de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Concessão Rodoviária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), celebrado com a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, sendo firmado, em 30/04/2021, Termo Aditivo Modificativo (TAM) preliminar prevendo o encerramento dos conflitos judiciais existentes entre as partes, o reequilíbrio do contrato, que passaria a ter estimativa de vigência até março de 2033, e a incorporação de melhores práticas regulatórias ao instrumento.

2.4. 22ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 258ª Reunião Ordinária do CDPED, e a 105ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 31/05/2021

1º assunto da pauta: Apreciar as avaliações do Comitê de Análise Preliminar/CAP com respeito à viabilidade econômico-financeira, técnica e jurídica da proposta de concessão das atividades de ecoturismo e serviços associados, relacionadas ao **Mosaico de Paranapiacaba**, abrangendo três parques - Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR), Parque Estadual Carlos Botelho (PECB) e Parque Estadual Intervales (PEI). Os Conselheiros decidiram acolher a recomendação do CAP, aprovando as premissas preliminares da modelagem para concessão do **Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR)**, que apresentaram melhores estimativas prévias, sem prejuízo à retomada dos estudos dos outros dois parques, PEI e PECB, incluindo o projeto no Programa do Estado de Parcerias, e autorizaram a constituição do Grupo de Trabalho responsável pela maturação da modelagem e demais atividades correlatas.

2º assunto da pauta: Apreciação dos progressos nos estudos de aprofundamento da proposta de concessão dos serviços de construção, restauro, adequação, operação e manutenção de equipamento de uso majoritariamente Cultural no **Casarão da Avenida Paulista nº 1919** – pertencente à Fazenda Pública do Estado, cuja Concessão de Uso para o imóvel foi autorizada na Lei nº 17.293/2020, na Seção XI (Lei de Ajuste Fiscal). Os Conselheiros avaliaram que a autorização de realização de estudos sobre as possibilidades de uso e continuidade da implantação do Museu, permitiria ao Estado de São Paulo aprofundar cenários sobre potenciais utilização de imóvel em uma região central, para vocação turística, cultural e gastronômica, e decidiram aprovar o Relatório do CAP, com as premissas preliminares da modelagem, incluindo o projeto no Programa Estadual de Parcerias, bem como autorizar a formação do Grupo de Trabalho responsável (i) pela elaboração e publicação do Edital de Chamamento Público, visando a receber estudos dos autorizados interessados da iniciativa privada, bem como (ii) pela consolidação da modelagem final, e demais atividades correlatas de monitoramento da licitação até a contratação do projeto.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

2.5. 23ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 259ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 106ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 29/06/2021

1º assunto da pauta: Apreciar a proposta submetida, na Plataforma Digital de Parcerias/PDP, pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão/SPOG conjuntamente com a Secretaria da Fazenda e Planejamento, propondo a concessão dos **serviços lotéricos** no Estado de São Paulo. O Presidente do CGPPP considerou que a arrecadação seria totalmente revertida em favor dos programas sociais do Estado, e colocou a matéria para apreciação dos Conselheiros, que decidiram acolher as premissas preliminares da modelagem, incluindo o projeto no Programa do Estado de Parcerias, e autorizaram a constituição do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Edital de Chamamento Público, com vistas a receber os estudos dos autorizados da iniciativa privada interessados em desenvolvê-los e demais atividades correlatas.

2º assunto da pauta: Dar ciência a respeito da assinatura do acordo preliminar para equacionar passivos regulatórios de 3 contratos de concessões rodoviárias celebrados com as concessionárias **CCR AutoBAN, CCR Via Oeste e CCR SPVias**, que administram treze das principais rodovias paulistas, com vistas a estabelecer o encerramento dos conflitos judiciais existentes entre as partes, o reequilíbrio dos contratos, preservando os prazos finais contratuais da ViaOeste e da SPVias, dezembro/2022 e outubro/2027, respectivamente, e prorrogando a estimativa de vigência da concessão da AutoBAN até janeiro/2037, bem como a incorporação de melhores práticas regulatórias aos instrumentos contratuais.

2.6. 24ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 260ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 107ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 29/07/2021

1º assunto da pauta: Apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, para consolidação da modelagem do projeto de Parceria Público-Privada/PPP, nos moldes de Concessão Patrocinada dos serviços de transporte de passageiros (i) da Linha 7-Rubi, operada pela CPTM, e dos futuros sistemas (ii) do Trem Intermetropolitano (TIM) e (iii) do Trem Intercidades (TIC), conjunto de serviços denominado “**TIC Eixo Norte**”. Os Conselheiros decidiram acolher as premissas preliminares da modelagem, autorizando os próximos encaminhamentos de realização de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

2º assunto da pauta: Apreciar os avanços na maturação da modelagem do projeto para concessão de três parques urbanos inseridos na cidade de São Paulo – SP, que seriam: Villa-Lobos, Candido Portinari e Doutor Fernando Costa (Água Branca). Os Conselheiros decidiram acolher a modelagem preliminar do projeto, e autorizar a realização das etapas de audiência e consulta pública às minutas do Edital, contrato e demais anexos.

3º assunto da pauta: Apresentar os progressos na consolidação da modelagem da concessão do Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR), integrante do Mosaico de Paranapiacaba. Os Conselheiros decidiram acolher a modelagem preliminar para concessão do PETAR, e autorizar a realização das etapas de audiência e consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios, com vista a receber contribuições da sociedade ao projeto.

2.7. 25ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 261ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 108ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 27/08/2021

1º assunto da pauta: Apreciar a celebração do 5º e do 6º termos aditivos ao Contrato de Concessão Patrocinada da Rodovia dos Tamoios e Contornos, com vistas, principalmente, (5ª TAM) a reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, em razão da materialização de riscos geológicos durante a execução de obras no Trecho da Serra; e (6º TAM) a incluir no instrumento contratual a execução, como responsabilidade do Parceiro Privado, de parte dos serviços e obras para conclusão dos Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião, atualmente sob a responsabilidade do Poder Concedente. O Presidente do CGPPP explicou que as minutas dos aditivos foram previamente avaliadas e receberam anuência da Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas/CAC-PPP, contando com a análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado/PGE. O Colegiado, haja vista a competência opinativa prevista no item “4”, do § 5º do Art. 3º, da Lei nº 11.688/2004, não manifestou quaisquer óbices em relação ao prosseguimento das providências a cargo do Poder Concedente e da ARTESP para a emissão do 5º e do 6º Termos Aditivos Modificativos ao Contrato de Concessão Patrocinada SLT nº 008/2014 (Rodovia dos Tamoios e Contornos).

2.8. 26ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 262ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 109ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 29/09/2021

1º assunto da pauta: Apreciar a os avanços na consolidação da modelagem para Concessão das Travessias Litorâneas Paulistas, depois de colhidas as contribuições na realização dos eventos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

de audiência pública e de consulta pública às minutas do edital, contrato e demais anexos. O Presidente do Conselho de PPP avaliou que o projeto de concessão das travessias litorâneas estaria alinhado ao interesse público relativo à realização de investimentos para melhoria da eficiência dos serviços prestados, principalmente por meio da recuperação da infraestrutura existente e de aquisição de novas embarcações, assim como aumento do nível de segurança dos usuários. Os Conselheiros decidiram aprovar a modelagem final do projeto e consequentemente autorizar a publicação do Edital de licitação, contrato e demais anexos licitatórios.

2º assunto da pauta: Apreciar os avanços na formatação da modelagem preliminar dos novos lotes de rodovias a serem concedidos, compreendendo a **5ª Rodada do Programa Estadual de Concessão de Rodovias**, para concessão das estradas do “**Bloco Noroeste Paulista**”. Preliminarmente, seriam concedidas aproximadamente 1.705 km de estradas, segregadas em dois lotes, no entanto, os estudos progrediram na viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica da modelagem preliminar do “Lote A”, totalizando cerca de 1.046 km de extensão, com trechos atualmente administrados pela (i) Triângulo do Sol e pela (ii) TEBE, bem como as rodovias: (iii) SP 425, Guaira – São José do Rio Preto; (iv) José Bonifácio – Parapuã; (v) SP 373, Severina – Colina; e (vi) SP 326, Barretos – Colômbia. O Colegiado avaliou ser de interesse do Governo avançar com os estudos de maturação da modelagem do projeto, e decidiu aprovar o modelo preliminar da concessão do Lote A de rodovias do Noroeste Paulista, autorizando realizar as etapas de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios.

3º assunto da pauta: Dar conhecimento da celebração do 7º Termo Aditivo para prorrogação do contrato da concessão de exploração de serviços públicos de **distribuição de gás canalizado**, celebrado com a Companhia de Gás de São Paulo – **Comgás**, que atende 177 municípios, em conformidade com a Cláusula 5ª, 1ª Subcláusula do Contrato, e com o artigo 13, §1º, do Decreto Estadual nº 43.889/1999, que permite o prolongamento da vigência da delegação por um prazo adicional de 20 anos, contados a partir de 31/05/2029, passando a ter como termo final a data de 30/05/2049. O Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente/SIMA colocou que foram realizadas etapas de Consulta e de Audiência Pública, que a ARSESP elaborou estudos de avaliação técnica e econômico-financeira sobre os distintos cenários de evolução da concessão, que a minuta do aditivo contou com a análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado/PGE, e que a Pasta adotaria as providências necessárias para a celebração do 7º Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão nº CSPE/01/99 (Serviços de Distribuição de Gás), nos termos da competência estabelecida no Decreto nº 65.920/2021.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

2.9. 9ª Reunião Conjunta Extraordinária, concernente à 33ª Reunião Extraordinária do CDPED, e à 23ª Reunião Extraordinária do CGPPP, realizada em 29/09/2021

Assunto da pauta: Tratar da autorização para a contratação, pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, do *International Finance Corporation – IFC* para prestação de serviços de consultoria ao Estado consistentes na identificação e análise das possíveis alternativas de reestruturação do capital da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - **SABESP**. Os Conselheiros, nos termos do inciso X, do artigo 5º, da Lei Estadual nº 9.361/1996, manifestaram concordância com o prosseguimento das providências para contratação do *IFC* para prestação de serviços de consultoria, considerando que, a cada etapa relevante dos trabalhos, o assunto retorne ao Colegiado para avaliação e encaminhamento, em observação às competências decisórias estabelecidas no inciso I, alíneas “b” e “d”, da Lei nº 9.361/1996.

2.10. 27ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 263ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 110ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 24/11/2021

1º assunto da pauta: Apresentação da proposta submetida na Plataforma Digital de Parcerias/PDP pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que propõe concessão dos serviços de construção, operação, manutenção e exploração comercial do Projeto do Centro Internacional de Tecnologia e Inovação de São Paulo (**CITI SP**) – **Etapa II**, localizado no Parque Tecnológico Jaguaré, em gleba de aproximadamente 85 mil m², ao lado da Universidade de São Paulo (USP). O Presidente do CGPPP avaliou o interesse público do Governo do Estado na proposta, que significaria uma oportunidade de crescimento econômico e de requalificação urbana fundamentada na tríade da ciência, tecnologia e inovação. Os Conselheiros decidiram acolher as premissas preliminares da proposta, incluindo o projeto CITI SP-II no Programa Estadual de Parcerias, e autorizaram a constituição do Grupo de Trabalho responsável pela consolidação da modelagem e demais atividades correlatas.

2º assunto da pauta: Informar sobre a celebração do Termo Aditivo Modificativo (TAM) definitivo ao contrato de Concessão Rodoviária do **Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI)**, firmada com a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, relativo ao equacionamento dos passivos regulatórios. No âmbito da 21ª Reunião Conjunta Ordinária do CDPED e CGPPP de 30/04/2021, os Conselheiros tomaram ciência do entendimento, sendo firmado inicialmente o Termo Aditivo Modificativo (TAM 18/2021) “preliminar”, destinado, exclusivamente, a estabelecer diretrizes e balizas a serem observadas para emissão do aditamento definitivo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

2.11. 10ª Reunião Conjunta Extraordinária, concernente à 34ª Reunião Extraordinária do CDPED, e à 24ª Reunião Extraordinária do CGPPP, realizada em 13/12/2021

Assunto da pauta: Apresentação sobre a atual situação do processo de contratação de estudos e serviços necessários à alienação das ações de titularidade da Administração Pública estadual na EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia. Na 7ª Reunião Conjunta Extraordinária do CDPED e CGPPP, de 29/09/2020, a Secretaria da Fazenda e Planejamento obteve autorização para contratar serviços externos especializados à alienação das ações, com recomendação de que fossem avaliadas as seguintes hipóteses: (i) alienação em bolsa da participação acionária; (ii) eventual reestruturação societária visando futura alienação; e (iii) alienação para empresa estatal envolvendo ou não reestruturação societária. O Pregão Eletrônico nº 50/2020, com vistas a efetuar a contratação está suspenso, aguardando julgamento pelo Tribunal de Justiça. Os Conselheiros decidiram ratificar a recomendação ao Senhor Governador do Estado de São Paulo para que seja a Secretaria da Fazenda e Planejamento autorizada a contratar os estudos e serviços necessários à privatização da EMAE, com a posterior análise da proposta de modelagem e preço mínimo.

2.12. 28ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 264ª Reunião Ordinária do CDPED, e à 111ª Reunião Ordinária do CGPPP, realizada em 20/12/2021

1º assunto da pauta: Apreciação dos avanços na consolidação da modelagem final da concessão rodoviária do Trecho Norte do Rodoanel, delegando a prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário. As contribuições das etapas de audiência e de consulta pública orientaram os estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para a estruturação do projeto nos moldes de Concessão Patrocinada, disciplinada pela Lei Federal nº 11.079/2004 e Lei Estadual nº 11.688/2004, que tratam dos procedimentos para contratação de Parceria Público-Privada/PPP, projetando pagamento de aporte público e de contraprestação pelo Poder Concedente. O Presidente do CGPPP colocou que seria de interesse público a Concessão Patrocinada do Sistema Rodoviário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, e que o Governo do Estado de São Paulo estaria disposto a implementar a inovação para implementação do sistema "free flow" e da tarifa quilométrica para o viário, além de prover as garantias pertinentes. Os Conselheiros decidiram aprovar a modelagem final, nos moldes de uma PPP, autorizando a publicação dos instrumentos licitatórios definitivos, condicionada à revisão dos parâmetros e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

condicionantes dos riscos fiscal alocados ao Poder Concedente em função da contratação do projeto.

2º assunto da pauta: Apreciar a modelagem final e as principais premissas da licitação do projeto de **concessão de três parques urbanos** inseridos na cidade de São Paulo – Villa-Lobos, Candido Portinari e Doutor Fernando Costa (Água Branca), depois de realizados os eventos de audiência, de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios, bem como de nova rodada de “Market Sounding”, inclusive com visitas ao reconhecimento dos parques. O Presidente do Conselho de PPP avaliou que o projeto de concessão dos três parques urbanos estaria alinhado ao interesse público de desoneração do Estado e de melhoria e expansão da oferta de serviços aos usuários/visitantes, além de ratificar o comprometimento das premissas da delegação com a sustentabilidade do empreendimento, proteção ao meio ambiente, e a conservação e preservação do patrimônio histórico. Os Conselheiros acolheram as considerações do Presidente e aprovaram a modelagem final, autorizando a publicação do Edital e demais anexos, condicionada ao Parecer da Procuradoria Geral do Estado.

3º assunto da pauta: Apresentação da Proposta submetida, na Plataforma Digital de Parcerias/PDP, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/SIMA, propondo a implantação do Programa de Usinas Solares Fotovoltaicas (**Pró Solar**) que contempla a construção, operação, manutenção e gestão de **miniusinas de geração de energia solar fotovoltaica**. Os Conselheiros decidiram autorizar a formação do Comitê de Análise Preliminar/CAP, responsável pelo aprofundamento da avaliação da viabilidade da proposta.

4º assunto da pauta: Apreciação dos avanços na consolidação da modelagem preliminar do projeto para concessão dos **serviços lotéricos no Estado de São Paulo**, considerando os 11 estudos entregues pelos autorizados da iniciativa privada em 18/10/2021, oriundos do Chamamento Público nº 04/2021 publicado em 08/07/2021. As premissas do modelo referencial, apresentadas pelo Grupo de Trabalho, para o projeto consideram o modelo baseado em “exclusividade” como o mais adequado, sendo que as modalidades lotéricas deverão ser concedidas em um único lote. Os Conselheiros decidiram acolher a modelagem preliminar do projeto, e autorizar a realização das etapas de audiência e consulta pública às minutas do Edital, contrato e demais anexos.

3. CARTEIRA DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO/PED (LEI Nº 9.361/1996)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Sumário dos Estágios dos Projetos	Números da Carteira do PED
✓ Projetos Contratados	35 contratos assinados ao longo da aplicação do Programa – atualmente, 34 vigentes e em execução
✓ Licitação Encerrada (Em Contratação)	01 projetos
✓ Modelagem Aprovada – Edital Publicado ou Autorizado	03 projetos
✓ Modelagem Preliminar Aprovada – Fases de Audiência e Consulta Pública	04 projetos
✓ Em Análise no Âmbito do Grupo de Trabalho	07 projetos

3.1. Projetos Contratados

- **1ª Etapa Programa Concessões Rodoviárias:**

Secretaria de Logística e Transportes /ARTESP

. 12 lotes celebrados – 11 contratos em execução

Autoban - Lote 1
Autovias (integrado ao lote Rodovias dos Calçados)
Centrovias - Lote 8 (integrado ao lote PiPa)
Ecovias dos Imigrantes - Lote 22
Renovias - Lote 11
Tebe - Lote 3
Triângulo do Sol - Lote 9
ViaNorte (contrato encerrado)
Via Oeste - Lote 12
Colinas - Lote 13
Intervias - Lote 6
SPVias - Lote 20

Outorga: R\$ 2,7 bilhões variável: 3% receita bruta + fixo

20 anos

Contratos assinados entre 1998 a 2000.

Obs.: TAM definitivo firmado em 2021, com a Ecovias dos Imigrantes – Lote 22, equacionando os passivos regulatórios e prorrogando o vencimento do contrato para novembro/2033.

- **Concessões de Distribuição de Gás Canalizado:**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/ARSESP

. COMGÁS – 177 municípios

Outorga: R\$ 1,7 bilhão

30 anos

Contrato assinado maio/1999.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Obs.: 7º TAM celebrado em outubro/2021, equacionando desequilíbrios contratuais, prorrogando o vencimento do contrato para maio/2049.

. Gás Brasileiro – 375 municípios

Outorga: R\$ 275 milhões

30 anos

Contrato assinado dezembro/1999.

. Gás Natural SP Sul (NATURGY) – 93 municípios

Outorga: R\$ 534 milhões

30 anos

Contrato assinado maio/2000.

• **2ª Etapa Programa de Concessões Rodoviárias:**

Secretaria de Logística e Transportes / ARTESP

. 5 lotes contratados e em execução:

CART - Lote 16
Ecopistas - Lote 23
Rodovias do Tietê - Lote 21
Rota das Bandeiras - Lote 7
Via Rondon - Lote 19

Outorga: R\$ 3,5 bilhões

30 anos

Contratos assinados 2008.

. Rodoanel Trecho Oeste

32 km interligação das rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castelo Branco, Anhanguera e Bandeirantes.

Outorga: R\$ 2,0 bilhões

30 anos

Contrato assinado junho/2008.

• **3ª Etapa Programa de Concessões Rodoviárias:**

Secretaria de Logística e Transportes / ARTESP

. Rodoanel Trechos Sul e Leste

Trecho Sul (61,4 km), com obrigação de construção do trecho Leste (40,6 km)

Outorga: R\$ 370 milhões



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

35 anos

Contrato assinado março/2011.

- **Centro de Exposições Imigrantes – CEI**

Secretaria de Turismo

Ampliação da área para 331 mil m², modernização dos pavilhões, ampliação do centro de exposições e construção de estacionamentos, e demais instalações.

Investimentos: R\$ 412 milhões

Outorga: R\$ 201 milhões + 1% do Faturamento Bruto

30 anos

Contrato assinado agosto/2013.

- **Concessão de Sistemas de Ônibus da RMC – 19 municípios**

Secretaria de Transportes Metropolitanos / EMTU

Concessão de transporte de passageiros Intermunicipais, com implantação de infraestrutura e 8 terminais - Campinas, Hortolândia e Sumaré.

Investimentos: R\$ 109,9 milhões

Outorga: R\$ 1,27 milhão + 20% das receitas acessórias

15 anos

Contrato assinado em agosto/2014.

- **4ª Etapa Programa de Concessões Rodoviárias:**

Secretaria de Logística e Transportes / ARTESP

- **Lote Centro-oeste Paulista (Florínea – Igarapava)**

Extensão de cerca 570 km de rodovias, abrangendo 30 municípios.

Investimentos: R\$ 3,9 bilhões

Outorga: R\$ 1,38 bilhão (fixa) + 3% Receita Bruta (variável).

30 anos

Contrato assinado em junho/2017.

- **Lote Rodovias Dos Calçados (Franca – Itaporanga)**

Extensão de cerca 747 km de rodovias, abrangendo 35 municípios.

Investimentos: R\$ 5,0 bilhões

Outorga: R\$ 1,44 bilhão (fixa) + 3% Receita Bruta (variável).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

30 anos

Contrato assinado em outubro/2017.

- **05 Aeroportos Executivos do DAESP**

Secretaria de Logística e Transportes / DAESP / ARTESP

Concessão de cinco aeroportos do Interior e Litoral do Estado de São Paulo: Comandante Rolim Adolfo Amaro (Jundiaí), Artur Siqueira (Bragança Paulista), Campo do Amarais (Campinas), Gastão Madeira (Ubatuba) e Antônio Ribeiro Nogueira Jr. (Itanhaém).

Investimentos: R\$ 93,7 milhões

Outorga: R\$ 24,4 milhões (fixa) + 3% Receita Líquida + outras (variável)

30 anos

Contrato assinado em julho/2017.

- **Linha 5-Lilás e Linha 17-Ouro (Monotrilho) do Metrô**

Secretaria de Transportes Metropolitanos / Metrô

Concessão dos serviços de operação e manutenção da Linha 5-Lilás do Metrô, com 11,5 km e 11 novas estações; e da Linha 17-Ouro, sistema de monotrilho, em construção pelo Metrô. O trecho prioritário ligando o Aeroporto de Congonhas à Estação Morumbi da CPTM, com extensão de 7,7 km e 8 estações.

Investimentos: R\$ 9,2 bilhões (R\$ 9,0 bi obras públicas + R\$ 278 mi privado)

Outorga: R\$ 553,88 milhões (fixa) + 1% Receita Bruta Tarifária (variável)

20 anos

Contrato assinado em abril/2018.

- **Concessões em Campos do Jordão – “Parque do Capivari”**

Secretaria de Transportes Metropolitanos

Exploração e gestão de complexo turístico de recreação e lazer do Parque Capivari, localizado no município de Campos do Jordão, compreendendo uma área de 40 mil m².

Investimento: R\$ 35,3 milhões

30 anos

Outorga: R\$ 1,5 milhão (fixa) + R\$ 80,1 milhões (variável)

Contrato assinado em abril/2019.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

- **Concessão “Parque Estadual de Campos do Jordão”**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Delegação da exploração dos serviços ou o uso de áreas, ou parte de áreas, inerentes ao ecoturismo, do Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ). Objeto da concessão 5,67% da área total do parque de 8.341 hectares, no município de Campos do Jordão.

Concessões de Uso

Investimento: R\$ 8,3 milhões

20 anos

Outorga: R\$ 578 mil (fixa) + 6% da Receita Bruta (variável), podendo reduzir a 3,5% por bom desempenho.

Contrato assinado em abril/2019.

- **4ª Etapa Programa de Concessões Rodoviárias:**

Secretaria de Logística e Transportes / ARTESP

. **Lote Piracicaba-Panorama (PiPa)**

Extensão de cerca de 1.273 km de rodovias, abrangendo 62 municípios.

Investimentos: R\$ 14,0 bilhões

Outorga: R\$ 1,1 bilhão (fixa) + 7% Receita Bruta (variável).

30 anos

Contrato assinado em maio/2020.

- **Concessão “Parque Caminhos do Mar”:**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Concessão do Parque Caminhos do Mar (Estrada Velha de Santos), no Parque Estadual da Serra do Mar. Área de 315 hectares que abriga precioso patrimônio ambiental: Mata Atlântica. Conjunto de monumentos históricos tombados, construídos em 1922. Restauração de 9 bens tombados na Trilha dos Monumentos Históricos do Caminhos do Mar, que devem estar prontos na comemoração dos 200 anos da Independência.

Concessão de Uso

Investimentos: R\$ 14,2 milhões (privados) + R\$ 4,2 milhões (público em restauro).

30 anos

Outorga: R\$ 4 milhões (fixa) + 0,5% a 1,5% do faturamento (variável – indicadores de desempenho)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Contrato assinado em março/2021.

- **Linha 08-Diamante e 09-Esmeralda de Trens Metropolitanos**

Secretaria de Transporte Metropolitano / CPTM

Concessão dos serviços públicos de transporte de passageiros das Linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda da CPTM. Linha 8-Diamante (Júlio Prestes - Amador Bueno), com 41,6 Km de extensão e 22 estações, frota composta por 36 trens. Linha 9-Esmeralda (Osasco – Varginha) estende-se por 32 km e tem 18 estações (3 estações em construção), frota atual de 26 trens, com projeção de alcançar 36 trens nos próximos 5 anos.

Concessão Comum

Investimentos: R\$ 3,2 bilhões

30 anos

Outorga: R\$ 980 milhões (fixa) + compartilhamento Receitas Acessórias.

Contrato Assinado em junho/2021.

- **Concessão “Zoológico de São Paulo, do Zoo Safari e Jardim Botânico”**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Concessão das áreas do Zoológico de São Paulo, do Zoo Safari e Jardim Botânico, situados no Parque Estadual Fontes do Ipiranga, além de 542 hectares da Fazenda, um espaço de apoio ao Zoo no interior de São Paulo entre os municípios de Sorocaba, Araçoiaba da Serra e Salto de Pirapora.

Concessões de Uso

Investimentos: R\$ 369,5 milhões

30 anos

Outorga: R\$ 111 milhões (fixa) + 1,0% Faturamento (variável) + 0% a 10% Indicadores Desempenho (variável) + compartilhamento 15% receita acessórias.

Contrato assinado em setembro/2021.

- **Parque Estadual da Cantareira e Parque Alberto Lofgren (Horto) - RMSP**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Delegação das áreas de uso público do Parque Estadual Cantareira (PEC) e do Parque Alberto Löfgren (PEAL), em conjunto.

Concessão de Uso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Investimento: R\$ 53,6 milhões

30 anos

Outorga: R\$ 850 mil (fixa) + 0,5% a 5% da Receita Bruta (variável - dependendo do indicador de desempenho)

Contrato assinado em janeiro/2022.

3.2. Projetos com Licitação Encerrada (Em Contratação)

- **22 Aeroportos Regionais de Aviação Regular e Executiva - DAESP**

Secretaria de Logística e Transportes / DAESP/ARTESP

Delegação da operação, manutenção e execução de obras para modernização de 22 aeroportos Regionais. Licitação em 2 blocos: (i) “Bloco Noroeste”, 11 aeroportos: Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Araçatuba, Barretos, Assis, Dracena, Votuporanga, Penápolis, Tupã, Andradina e Presidente Epitácio; e o (ii) “Bloco Sudeste”, 11 aeroportos: Ribeirão Preto, Bauru-Arealva, Marília, Araraquara, São Carlos, Sorocaba, Franca, Guaratinguetá, Avaré-Arandu, Registro e São Manuel.

Concessão Comum

Investimentos: R\$ 467,9 milhões (Noroeste R\$ 188,1 mi + Sudeste R\$ 279,8 mi)

Outorga: R\$ 22,3 milhões - fixa (Noroeste R\$ 7,6 mi + Sudoeste R\$ 14,7 mi) + 1% Receita Bruta – variável

Adjudicação das vencedoras em 06/11/2021: Bloco Noroeste: Consórcio Aeroportos Paulista – ASP (SOCICAM e DIX); Bloco Sudeste: Consórcio Voa NW e Voa SE.

Assinatura do contrato prevista para fevereiro-março/2022.

3.3. Projetos com Modelagem Aprovada – Edital Final Publicado ou Autorizado

- **4ª Etapa Programa de Concessões Rodoviárias:**

Secretaria de Logística e Transportes / ARTESP

- **Lote Litoral Paulista**

Extensão de 222 km, com segregação do tráfego local e rodoviário, dedicando a SP-055 para trajetos de longas distâncias. Duplicação da SP-055 entre Santos e Bertioga e entre Peruíbe e Miracatu. 140 km de pistas marginais e faixas adicionais; 89 km em duplicações, além de outros investimentos como dispositivos, ciclovias, acostamentos,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

dentre outros. Municípios diretamente beneficiados: Miracatu, Peruíbe, Praia Grande, Santos, Bertioga, Mogi das Cruzes.

Concessão Comum

Investimentos de R\$ 3 bilhões

30 anos

Outorga: R\$ 30,7 milhões (fixa) + 6,8% Receita Bruta (variável)

Edital publicado: 14/05/2021

Obs.: Licitação suspensa para atendimento à decisão TCE-processo nº TC-001179898921-6 (Comunicado ARTESP 03/09/2021).

- **Sistema de Travessias Paulistas**

Secretaria de Logística e Transportes / ARTESP

Concessão de 8 travessias litorâneas - no Litoral Norte (São Sebastião/Ilhabela); no Litoral Centro (Guarujá/Bertioga, Santos/Guarujá e Vicente de Carvalho/Praça da República) e no Litoral Sul (Cananéia/Continentes, Cananéia/Ilha Comprida, Iguape/Juréia e Cananéia/Ariri) – administradas atualmente pelo DH - Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo.

Concessão Comum

Investimentos: R\$ 272,7 milhões

30 anos

Outorga: R\$ 1,5 mil (fixa) + incidência do Desconto Por Desempenho, variando de 0% a 5%.

Publicação do Edital: 30/11/2021. Leilão previsto para 30/03/2022 (B3).

- **Parques Urbanos - Água Branca, Cândido Portinari e Villa-Lobos**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Delegação, total ou parcial, de três parques urbanos inseridos na cidade de São Paulo – SP: (i) Parque Dr. Fernando Costa (Água Branca); (ii) Parque Villa-Lobos; e (iii) Parque Cândido Portinari.

Concessão de Uso

Investimentos: R\$ 88,6 milhões

30 anos

Publicação do Edital: 30/12/2021. Leilão previsto para 31/03/2022.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

3.4. Projetos com Modelagem Preliminar Aprovada - Fases de Audiência e Consulta Pública

- **Conjunto Esportivo Constâncio Vaz Guimarães - Complexo Ginásio do Ibirapuera**
Secretaria de Esportes
Delegação do conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (complexo Ginásio Ibirapuera), instalado em área de cerca 100.000 m². Prevendo a construção de uma arena multiuso, coberta, "next generation", com capacidade para até 20 mil lugares.
Concessão de Uso
35 anos
Investimentos R\$ 962,4 milhões
Audiência Pública 21/09/2020 (virtual). Consulta Pública 25/09/2020 a 27/10/2020.
Obs.: Projeto aguardando aprovação do Projeto de Lei do PIU pela Câmara Municipal e decisão final sobre tombamento pelo IPHAN.

- **PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira**
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
Concessão das áreas de uso público (35,7 mil hectares) para melhorias da infraestrutura e exploração do ecoturismo e serviços de apoio. Integração de iniciativas de preservação ambiental ao desenvolvimento econômico da região. Municípios de Iporanga e Apiaí, com território coberto pela densa e exuberante vegetação da Mata Atlântica, abrangendo províncias espeleológicas importantes, contando 300 cavernas cadastradas pela Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE).
Concessão Comum
30 anos
Investimentos (em estudo)
Audiência Pública 25/11/2021 (virtual). Consulta Pública 20/10/2021 a 06/12/2021.

- **Bloco Noroeste Paulista**
Secretaria de Logística e Transportes/ARTESP
Bloco Noroeste contempla trechos concedidos cujos contratos estão vincendos (TEBE + Triângulo do Sol), e estradas atualmente administradas pelo DER, envolvendo 49 municípios paulistas. O escopo do projeto totaliza 1.022 km de extensão.
Concessão Comum



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

30 anos

Investimentos R\$ 11,8 bilhões (em estudo)

Audiências Públicas: 21/10/2021 (São Paulo); 25/10/2021 (Barretos e São José do Rio Preto); 27/10/2021 (Penápolis); e 27/10/2021 (Araraquara). Consulta Pública: 30/10/2021 a 10/01/2022.

- **Serviços Lotéricos do Estado de São Paulo**

Secretaria de Orçamento e Gestão / Secretaria da Fazenda e Planejamento

Concessão para prestação de serviços lotéricos do Estado de SP com a criação de produtos lotéricos, nas modalidades de maior exploração comercial: prognóstico numérico; loterias instantâneas e apostas de quota fixa.

Concessão Comum

Investimentos: (em estudo)

20 anos

Publicação Chamamento Público nº 04/2021: 08/07/2021. Publicação da Lista dos Autorizados da Iniciativa Privada a desenvolver os estudos: 25/08/2021. Entregues 11 estudos em 18/10/2021.

Audiência Pública prevista para 31/01/2022.

3.5. Projetos em Análise no âmbito do Grupo de Trabalho

- **Transporte Coletivo Intermunicipal da ARTESP**

Secretaria de Governo / ARTESP

Serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros (serviço regular) no Estado de São Paulo - Regiões de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Santos e Bauru.

Investimentos de R\$ 2,5 bilhões

15 anos

Outorga: Lote 1 (Jundiaí-Campinas): R\$ 14,6 milhões (fixa) + 2% Receita Bruta (variável); Lote 2 (Piracicaba): R\$ 3,8 milhões (fixa) + 1% Receita Bruta (variável); Lote 3 (São José dos Rio Preto – Ribeirão Preto): R\$ 6,8 milhões (fixa); Lote 4 (Bauru - Sorocaba): R\$ 1,0 milhão (fixa); Lote 5 (Bx Santista-Vale Paraíba): R\$ 7,1 milhões (fixa) + 2% Receita Bruta (variável).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Edital republicado 12/01/2018. Em 15/03/2018, liminar judicial suspendendo a licitação, cassada em 24/04/2019. Nova rodada de *Market Sounding*: setembro e outubro/2020.

- **Transporte Coletivo Intermunicipal da RMSP da EMTU**

Secretaria de Transportes Metropolitanos / EMTU

Concessão dos serviços de transporte de passageiros da Região Metropolitana de São Paulo, envolvendo as Áreas 1 a 4 que operam em regime precário de permissão/autorização.

Investimentos de R\$ 4,8 bilhões (ao longo do período de concessão)

15 anos

Em 04/12/2017 - certame suspenso pelo TCE (situação revertida).

- **Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ)**

Secretaria de Transportes Metropolitanos

Concessão da Estrada de Ferro de Campos do Jordão, incluindo a linha férrea, estação e ativos imobiliários, abrangendo 47 km de linha férrea, o Parque Reino das Águas Claras e os 2 Museus de Memória Ferroviária.

Investimentos: R\$ 17,1 milhões

Prazo: 35 anos

Publicação Chamamento Público nº 02/2021: 17/06/2021. Publicação da Lista dos Autorizados da Iniciativa Privada a desenvolver os estudos: 29/07/2021. Entregues 02 estudos em 29/12/2021.

- **Linha Verde – Planalto à Baixada Santista**

Secretaria de Logística e Transportes

Concessão de obra e operação de nova ligação rodoferroviária entre o planalto e a região do porto de Santos, possibilitando sanar o gargalo na infraestrutura de acesso ao Porto de Santos, interligando o Rodoanel à Margem Esquerda do Porto de Santos, com extensão total de aproximadamente 36 km.

Concessão Comum

Investimentos: em estudo

35 anos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Publicação Chamamento Público nº 01/2021: 25/03/2021. Publicação da Lista dos Autorizados da Iniciativa Privada a desenvolver os estudos: 20/07/2021. Entrega de 01 estudo em 17/01/2022.

- **Casarão Franco de Mello**

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Concessão para construção, modernização, restauro, adequação, e ampliação dos prédios e demais instalações para exploração comercial do imóvel localizado na Avenida Paulista, 1919 – imóvel denominado Casa Franco de Mello, com proposta para implantação do museu de gastronomia como alternativa de negócio para o Casarão.

Concessão de Uso

Investimentos: em estudo

Prazo: 35 anos

Publicação Chamamento Público nº 05/2021: 16/07/2021. Publicação da Lista dos Autorizados da Iniciativa Privada a desenvolver os estudos: 23/09/2021. Entrega de 01 estudo em 24/01/2022.

- **Casa das Retortas e Complexo do Gasômetro**

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Concessão para construção, restauro, adequação, operação e manutenção de museu e outras atividades a ser instaladas no imóvel Casa das Retortas. O Complexo abriga 9 imóveis, em um terreno de 20 mil m², sendo 17 mil m² de área construída. Edificação faz parte do complexo do antigo Gasômetro, localizado no centro da cidade de São Paulo.

Concessão de Obras ou Uso

Investimentos: em estudo

Prazo: 35 anos

Publicação Chamamento Público nº 03/2021: 29/06/2021. Publicação da Lista dos Autorizados da Iniciativa Privada a desenvolver os estudos: 19/01/2022. Entrega dos estudos prevista para 19/05/2022.

- **CITI II – Centro Internacional de Tecnologia e Inovação**

Secretaria de Desenvolvimento Econômico



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Concessão para execução dos serviços de construção, operação, manutenção e exploração comercial do Projeto do Centro Internacional de Tecnologia e Inovação (CITI SP) – Etapa II, a ser implantado no Parque Tecnológico do Jaguaré, ao lado da USP, em área de 85 mil m².

Concessão de Obras ou Uso

Investimentos: em estudo

Prazo: 35 anos

Sondagem de Mercado: 6, 7, 8 e 14/12/2021

4. CARTEIRA DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS/PPP (LEI Nº 11.688/2004)

Sumário dos Estágios dos Projetos	Números da Carteira do PPP
✓ Projetos Contratados	12 contratos assinados ao longo da aplicação do Programa – atualmente, 11 vigentes e em execução.
✓ Modelagem Aprovada – Edital Publicado ou Autorizado	01 projeto
✓ Modelagem Preliminar Aprovada – Fases de Audiência e Consulta Pública	02 projetos
✓ Em Análise no Âmbito do Grupo de Trabalho	02 projetos

4.1. Projetos Contratados

• **Linha 4 – Amarela**

Secretaria de Transportes Metropolitanos / Metrô

PPP Concessão Patrocinada

Objeto do contrato: Exploração dos serviços de transportes de passageiros da Linha 4 Amarela do Metrô de São Paulo, em três fases progressivas, sendo 12,8 km de extensão, com 29 trens.

32 anos

Investimentos: R\$ 2,1 bilhões + obras públicas R\$ 4,6 bilhões

Contraprestação média anual R\$ 29,0 milhões (obrigação paga até mai/2016).

Em operação com 10 estações: São Paulo-Morumbi, Butantã, Pinheiros, Fradique Coutinho, Faria Lima, Paulista, Oscar Freire, Higienópolis-Mackenzie, República e Luz.

Assinatura do contrato: 29/11/2006

• **Sistema Alto Tietê – Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente / SABESP



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

PPP concessão Administrativa

Objeto do contrato: Prestação de serviços de manutenção de barragens, inspeção e manutenção de túnel e canais de interligação de barragens; manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada; serviços auxiliares; ampliação da capacidade da estação de tratamento de água de Taiaçupeba; construção de adutora e de outras utilidades – Sistema Produtor do Alto Tietê – SPAT.

15 anos

Investimentos: R\$ 351 milhões

Contraprestação média anual R\$ 129 milhões

Estágio: Em operação

Assinatura do contrato: 18/06/2008

- **Linha 8 – Diamante da CPTM**

Secretaria de Transportes Metropolitanos / CPTM

PPP concessão Administrativa

Objeto da PPP: prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e a modernização frota da Linha 8 da CPTM, compreendendo um total de 36 trens com 8 carros.

20 anos

Investimentos: R\$ 1,5 bilhão

Contraprestação média anual R\$ 359 milhões

Estágio: Em operação

Assinatura do contrato: 19/03/2010

- **FURP – Planta de Produção Américo de Brasiliense**

Secretaria da Saúde

PPP Concessão Administrativa

Objeto da PPP: Planejamento, modernização e complementação de equipamentos, operação e manutenção da planta de medicamentos da FURP situada em Américo Brasiliense para produção de medicamentos genéricos definidos pela FURP, bem como a obtenção dos registros necessários em nome da FURP.

15 anos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Investimentos R\$ 362 milhões (privado - Ativos + Registro Medicamentos)

Contraprestação média anual R\$ 105 milhões

Assinatura do contrato: 22/08/2013

Obs.: CDPED-CGPPP, com base nas conclusões dos estudos da FIPECABI; no Parecer jurídico nº SUBG-CONS nº 104/2019 da PGE; e na posição da CPP, que não apresentou óbice; autorizou o encaminhamento das tratativas para extinção antecipada do contrato da PPP (8ª Reunião Cjta CDPED-CGPPP de 19/12/2019).

- **Linha 6 – Laranja do Metrô**

Secretaria dos Transportes Metropolitanos / Metrô

PPP Concessão Patrocinada

Objeto da PPP: prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 Laranja do Metrô de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão de 15 km de extensão no trecho Brasilândia – São Joaquim, com 15 estações enterradas.

28 anos e 6 meses

Investimentos: R\$ 10,3 bilhões

Assinatura do contrato: 18/12/2013

Obs.: Decreto nº 65.223/2020 transferiu o Contrato PPP à SPE Linha Universidade S/A, revogando o Decreto nº 63.915/2018, que declarou a Caducidade do Contrato. **Retomada das obras da Linha 6 Laranja pela atual concessionária a partir de outubro/2020.**

- **Sistema Produtor São Lourenço**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente / SABESP

PPP Concessão Administrativa

Objeto da PPP: prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo e manutenção do empreendimento Sistema Produtor São Lourenço.

25 anos

Investimentos: R\$ 2,2 bilhões

Contraprestação média anual R\$ 412 milhões

Estágio: Em operação

Assinatura do contrato: 20/08/2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

- **Linha 18 – Bronze (monotrilho)**

Secretaria dos Transportes Metropolitanos / Metrô

PPP Concessão Patrocinada

Objeto da PPP: Implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante e operação, conservação, manutenção e expansão da Linha 18 Bronze do Metrô, com tecnologia de monotrilho, trecho Tamanduateí a Djalma Dutra, 14,9 km de extensão e 13 estações.

25 anos

Investimentos R\$ 4,3 bilhões (R\$ 1,9 bi privado + R\$ 2,4 bi público)

Contraprestação média anual R\$ 315,9 milhões

Assinatura do contrato: 22/08/2014

Obs.: CDPED-CGPPP, com base em Parecer PGE, recomendou a extinção da contratação pela não existência das condições necessárias à sua continuidade (5ª Reunião Cjta CDPED-CGPPP de 13/08/2019). Publicação do Extrato de Extinção do Contrato no DOESP de 06/08/2020.

- **Complexos Hospitalares**

Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo

PPP Concessão Administrativa

Objeto da PPP: Concessão dos serviços “Bata Cinza” no complexo hospitalar, precedidos de realização das obras e investimentos para a Construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliários do Hospital Estadual de Sorocaba, Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM.

. **Lote 01: Hospital Estadual de Sorocaba (250 leitos)**

. **Lote 02: Hospital Estadual de São José dos Campos (158 leitos); e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM (218 leitos).**

20 anos

Investimentos: R\$ 772 milhões

Contraprestação média anual: R\$ 204,9 milhões

Estágio SJC e Sorocaba: em operação;

Estágio HCRSM (Hospital Perola Byington): em construção

Assinatura dos 2 contratos: 02/09/2014.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

- **3ª Etapa Programa de Concessões Rodoviárias:**

Secretaria de Logística e Transportes / ARTESP

- **Lote Rodovia dos Tamoios e Contornos**

PPP Concessão Patrocinada

Objeto da PPP: Prestação dos serviços de operação e manutenção dos sistemas existentes considerados Planalto; operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião quando entregues pelo Poder Concedente; bem como a execução de obras civis para a construção da ampliação principal no trecho da Serra.

30 anos

Investimentos R\$ 6,4 bilhões (R\$ 4,6 bi obras públicas + R\$ 1,8 bi privado)

Estágio: Obras de duplicação do trecho da Serra em execução

Contrato assinado: 19/12/2014.

- **Habitação Centro - Lote 1**

Secretaria da Habitação

PPP Concessão Administrativa

Objeto do Contrato: Implantação de HIS, de HMP e a Prestação dos serviços para o LOTE 1, compreendendo a implantação de 3.683 unidades habitacionais, aquisição e disponibilização de 100% dos terrenos para a implantação da HMP, prestação dos serviços de apoio condominial, gestão de carteira de mutuários, trabalho social de pré e pós-ocupação nos condomínios HIS e manutenção predial.

20 anos

Investimento: R\$ 919,5 milhões (privado). Público: 100% dos terrenos das HIS.

Contraprestação média anual R\$ 70 milhões

Entrega de cerca de 1.443 habitações de interesse social (HIS), e lançamento de 461 habitações de mercado popular (HMP) até o final de 2020.

Contrato assinado: 23/03/2015.

- **SIM – Sistema Integrado Metropolitano da RMBS (VLT)**

Secretaria dos Transportes Metropolitanos / EMTU

PPP Concessão Patrocinada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Objeto da PPP: concessão do Sistema Integrado Metropolitano da Região Metropolitana da Baixada Santista (SIM RMBS), compreendendo a prestação dos serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal, por Ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade, contemplando o fornecimento de Sistemas e dos veículos, Operação, conservação e manutenção, Modalidade Regular, abrangendo os municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente e Santos.

20 anos

Investimentos R\$ 2,31 bilhões (R\$ 1,65 bi obras públicas + R\$ 0,66 bi privado)

Contraprestação média anual: R\$ 60,5 milhões (sem gratuidade)

Operação comercial do VLT - trecho Barreiros-Porto (fase I)

Contrato assinado: 23/06/2015.

4.2. Projetos com Modelagem Aprovada – Edital Final Publicado ou Autorizado

- **4ª Etapa Programa de Concessões Rodoviárias:**

Secretaria de Logística e Transportes / ARTESP

. **Lote – Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas**

PPP Concessão Patrocinada

Extensão de 44 km de eixo principal mais 3,6 km de vias de acessos. Municípios diretamente beneficiados: Arujá, Guarulhos e São Paulo. Atual escopo do projeto contempla: (i) as obras remanescentes para conclusão do trecho, e (ii) os serviços de exploração do Trecho Norte do Rodoanel.

Investimentos de R\$ 3 bilhões

30 anos

Contraprestação máxima anual: R\$ 47 milhões

Nova Audiência Pública: 28/05/2021. Nova Consulta Pública: 28/05/2021 a 30/06/2021.

Modelagem final aprovada, com autorização para publicação do Edital em 20/12/2021.

Decreto nº 66.445 de 21.01.2022 - Autoriza PPP Concessão Patrocinada para Rodoanel Trecho Norte.

4.3. Projetos com Modelagem Preliminar Aprovada – Fase de Audiência e Consulta Pública

- **PPP Prisionais - "PPP Integral"**

Secretaria de Administração Penitenciária



34



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

PPP Concessão Administrativa

Objeto do contrato: Implantação de 3 novos Complexos Penitenciários, para a concepção, financiamento, construção, equipagem, operação e manutenção das 03 unidades prisionais, com disponibilidade de 10.500 vagas em regimes fechado e semiaberto, sob a responsabilidade do parceiro privado, ficando a cargo do Poder Concedente a disponibilização dos terrenos.

25 anos

Investimentos PPP: R\$ 1,78 bilhão

Contraprestação máxima anual: em estudo

Aprovação da modelagem preliminar, e consequente autorização para realização das etapas de audiência e consulta pública em 30/04/2020.

- **Trem Intercidades - TIC**

Secretaria de Transportes Metropolitanos / CPTM

PPP Concessão Patrocinada

Objeto do contrato: Delegação dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos no eixo entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas, compreendendo TIC Eixo Norte, que atenderá as demandas de serviços “expresso” e “parador”, dos sistemas: (i) trem expresso entre São Paulo – Jundiaí – Campinas, denominado “expresso TIC”, com 101 km de extensão; (ii) serviço parador entre Francisco Morato – Jundiaí – Campinas, denominado “Intermetropolitano - TIM”, trecho com 65,8 km, 9 estações e atravessando 8 municípios; e (iii) serviço parador metropolitano, Linha 7-Rubi, ligando São Paulo a Francisco Morato, hoje operada pela CPTM, possuindo 35,19 km, 13 estações e atendendo 4 municípios.

30 anos

Investimentos estimados: R\$ 8,6 bilhões

Contraprestação máxima anual: em estudo

Audiência Pública: 16/08/2021 (virtual). Consulta Pública: 19/08/2021 a 15/10/2021.

Nova rodada de “Market Sounding”: 14 a 24/09/2021.

4.4. Projetos PPP em Análise no âmbito do Grupo de Trabalho

- **PPP Prisionais - "PPP Com Ativos Existentes"**

Secretaria de Administração Penitenciária



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

PPP Concessão Administrativa

Objeto do contrato: Delegação dos serviços de operação e manutenção de 4 unidades prisionais de regime fechado, edificadas pelo Estado. Prevê obras complementares executadas pelo parceiro privado, expandindo o número de vagas para 4.196 vagas, contemplando as seguintes unidades: Gália I, Gália II, Registro e Aguaí.

25 anos

Investimentos PPP: R\$ 50 milhões

Contraprestação máxima anual: em estudo

Modelagem em estruturação no Grupo de Trabalho.

- **Educação – Novas Escolas**

Secretaria da Educação

PPP Concessão Administrativa

Objeto do contrato: Implantação e construção/reconstrução de até 240 escolas de ensino da Rede Estadual, divididas em lotes, sendo o primeiro bloco de 60 unidades escolares. O objetivo é atender a demanda de ensino médio em tempo integral e a expansão da mesma modalidade no regular diurno.

30 anos

Investimentos PPP: R\$ 1,2 bilhão

Contraprestação máxima anual: em estudo

Modelagem em estruturação no Grupo de Trabalho. Contratação da consultoria BNDES em 25/08/2021.

5. EVOLUÇÃO DO USO DO LIMITE DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COM DESPESAS DE PPP

A fim de demonstrar a evolução do limite de comprometimento de 5% da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas continuadas oriundas das contratações das parcerias público-privadas foram observadas as seguintes premissas nas projeções do gráfico exposto a seguir:

- Receita Corrente Líquida/RCL do exercício corrente está em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000. Para projeção dos exercícios futuros foi aplicada a taxa de crescimento real do PIB disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



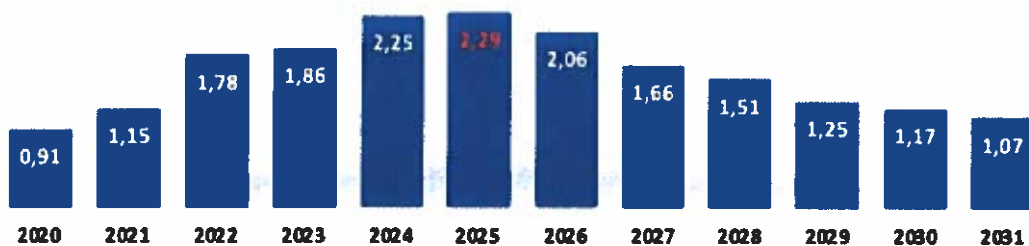
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

ii. Conforme Lei nº 11.079/2004, Art. 28, "caput", as despesas de contratos de PPP não poderão ultrapassar o limite de 5% da Receita Corrente Líquida. O § 2º do Art. 28, da referida Lei, determina que na aplicação do limite previsto no caput deste artigo, serão computadas as despesas derivadas de contratos de parceria celebrados pela administração pública direta e indireta e demais entidades controladas pelo respectivo ente, excluídas as empresas estatais não dependentes (Redação dada pela Lei nº 12.024/2009).

Considerando um cenário conservador, foram incluídos no gráfico projetado, além das PPPs contratadas, os projetos em estudos, sendo que os valores das PPPs a contratar poderão sofrer significativas alterações por consequência natural da maturação de suas modelagens, depois de cumpridas as diversas fases que antecedem as efetivas contratações.

Reiteramos que tais demonstrativos são meras expectativas e são apresentados com intuito de demonstrar que, mesmo considerando o cenário mais conservador, o percentual de comprometimento de 5% da Receita Corrente Líquida (RCL) não atinge ou supera o legalmente permitido.

Comprometimento do Limite de 5% da RCL
PPP Contratada + Em Estudos



6. COMENTÁRIOS FINAIS

A publicação do Decreto nº 61.371/2015 regulamentou e padronizou a apresentação de novas propostas de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, formalizando a utilização da Plataforma Digital de Parcerias como forma de promover a transparência e melhorar o trâmite do processo que envolve diversos atores na estruturação das modelagens dos projetos de concessão (PPP e PED).

 37



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS
CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO - CDPED
CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

A Carteira de Projetos de PPP do Estado de São Paulo demonstra um comprometimento confortável do limite 5% da Receita Corrente Líquida com despesas nesta modalidade de contratação, atingindo o percentual máximo de 2,29% em 2025 num horizonte projetado de 10 anos.

É importante destacar o empenho do Governo do Estado de São Paulo em aprimorar o Programa Estadual de Parcerias (PED e PPP), dando ênfase à segurança jurídica e econômico-financeira das modelagens, à inovação do processo, institucionalizando procedimentos de Sondagem de Mercado (“*Market Sounding*” e “*Roadshow*”), à melhoria dos serviços ao usuário, bem como à financiabilidade das concessões com vistas a atrair investidores nacionais e internacionais, elevando a atratividade das propostas, por meio de uma licitação internacional competitiva, sem barreiras à participação estrangeira, com informação técnica detalhada, transparente e disponível para todos.

Neste contexto, mesmo diante do cenário de pandemia, o GESP prosseguiu com a agenda de estruturação dos projetos de concessão, incrementando a qualidade da extensa documentação subjacente, intensificando a revisão dos estudos, de minutas de edital, contrato e seus inúmeros anexos, reduzindo o número de falhas e inconsistências e conferindo mais detalhamento e clareza aos inovadores conceitos e mecanismos regulatórios propostos.

São Paulo, 30 de dezembro de 2021.

Gabriela Miniussi Engler Pinto Portugal Ribeiro
Secretária Técnica e Executiva dos Conselhos de PED e PPP